

# Nascer, casar e morrer: aspectos da dinâmica demográfica de escravos em uma paróquia paulista, século 19<sup>1</sup>

Maísa Faleiros da Cunha \*

## Resumo

Este trabalho apresenta os aspectos mais gerais da dinâmica da população escrava da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca entre 1806-1888 tendo como fonte básica de análise os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Em outras palavras, os resultados aqui apresentados referem-se aos escravos que foram batizados, que se casaram ou tiveram seus óbitos registrados naquela paróquia e período. Julgamos ser oportuno debruçarmo-nos sobre essa fonte, que na ausência do registro civil, permite darmos mais um passo no conhecimento da dinâmica demográfica dos escravos e de outros aspectos socioculturais envolvidos nessa dinâmica.

A análise dos registros paroquiais permitiu que evidenciássemos características, atitudes e comportamentos das populações do passado diante do nascer, casar e morrer. Podemos afirmar que os calendários agrícola e litúrgico influenciaram as decisões no momento de se unir. Os escravos em Franca escolheram junho como o mês preferido para o casamento (quando se comemora as festas juninas) e evitaram os meses de março e dezembro (respectivamente, o período que antecede a Quaresma e o Advento). A segunda-feira, seguida pelo domingo eram os dias em que mais se casavam escravos, afinal, o domingo era o dia de descanso semanal do trabalho e de presença do padre na vila.

Além da presença do padre, o domingo era considerado o dia de ir à missa e também escolhido para batizar os filhos, pois foi o dia em que verificamos o maior número de crianças levadas à pia batismal.

Em relação ao momento de deixar a *vida presente*, pelo menos um quinto dos óbitos era de crianças com até um ano de idade, o que demonstra como era difícil sobreviver ao crucial

---

<sup>1</sup> “Trabajo presentado en el V Congreso de La Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012”.

\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). [maisa@nepo.unicamp.br](mailto:maisa@nepo.unicamp.br)

primeiro ano de vida, em fevereiro e janeiro houve maior incidência de mortes, ou seja, durante o verão.

## **Introdução**

O presente trabalho aborda os aspectos mais gerais da dinâmica da população escrava da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca entre 1806-1888 tendo como fonte básica de análise os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Franca, vila localizada ao norte da Capitania/Província de São Paulo, caracterizou-se por uma economia baseada na atividade criatória onde o gado vacum destacou-se e na produção de gêneros de subsistência destinados ao consumo local e ao comércio interno ao longo do século 19.

A partir da população escrava arrolada nos assentos dessa localidade, julgamos ser oportuno debruçarmo-nos sobre os registros paroquiais, que na ausência do registro civil, permite darmos mais um passo no conhecimento da dinâmica demográfica dos escravos e de outros aspectos socioculturais envolvidos nessa dinâmica.

Como sabemos, a Demografia Histórica constituiu-se como disciplina em função dos registros da catolicidade (batismo, casamento e óbito, principalmente), utilizados para dar conta de períodos mais distantes, quando ainda não existia o registro civil.

O Concílio de Trento (1545-1563) – tornou obrigatório em toda a cristandade o registro de batismo, casamento e óbito, ou seja – este concílio instituiu formas de controle da população católica, fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a catolicidade, definindo normas para padronizar os registros dos sacramentos que marcaram a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. O *Rituale Romanum* (1614) tornou o registro paroquial obrigatório e estabeleceu normas mais rigorosas de como se fazer os assentamentos, assim como, a contagem periódica da população. Em Portugal, em particular, a Constituição de Coimbra (1591) estabeleceu normas referentes a esses registros para a Metrópole e extensivos às Colônias e o Brasil, através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que normatizou e reafirmou a obrigatoriedade de tais registros.

Como podemos notar, essa prática obrigatória e padronizada deu aos registros eclesiásticos, universalidade, representatividade, uma vez que a expansão colonialista permitiu à Igreja estender o seu controle para outras partes do mundo, além de possibilitar a existência de séries

completas no tempo, o que nos permite análises longitudinais. Daí a sua importância para o estudo sociodemográfico das populações do passado.

Os atos de nascer, se casar e morrer, de tão corriqueiros, foram pouco relatados. O banco de informações que montamos com os registros paroquiais mostra-se uma fonte rica em análises socioculturais e demográficas. Não houve como explorarmos todas as possibilidades de análise que tais fontes nos permitem, no entanto, esperamos ter ao menos instigado futuros estudos sobre os momentos de batismo, casamento e morte do escravo, ainda um tanto obscuros aos olhos dos historiadores de hoje.

### **Ocupação e evolução populacional da localidade**

Ao realizar o estudo da demografia escrava em Franca ao longo dos oitocentos, pudemos adicionalmente contar com as informações relativas aos levantamentos de população regionais e nacionais publicados para a Província de São Paulo. A seguir, tecemos algumas considerações a respeito da ocupação e evolução populacional da Vila Franca do Imperador no intuito de clarificar o contexto socioeconômico em que a população escrava aqui focalizada inseria-se.

O povoamento do Sertão do rio Pardo (região onde se localiza o norte paulista) esteve atrelado ao fornecimento de gêneros de primeira necessidade aos viajantes que percorriam o Caminho dos Goiaes (em meados do século 18) em virtude da descoberta das minas de ouro e diamantes em Goiás e Mato Grosso.

A localização e as características geográficas da região de Franca tornaram suas terras atrativas aos mineiros em princípios do século 19 que se movimentavam em busca de novas paragens em que pudessem expandir suas roças e pastagens. Desenvolveu-se então na região uma economia relativamente diversificada e voltada para o abastecimento interno, onde predominava a criação de gado e onde também se cultivavam lavouras de cana de açúcar, milho, arroz e feijão, o tropeirismo, criação de porcos e outros animais de pequeno porte, o comércio do sal, tecelagem e um pouco de mineração. Essas atividades demandaram um contingente razoável de mão de obra escrava, que não chegou a ser tão grande como nas áreas dedicadas à agricultura de exportação, mas, muitas vezes, um pouco maior que naquelas que também produziam bens destinados ao mercado interno localizadas em outras capitanias/ províncias (Cunha, 2005; 2009).

Em 1809 a população dessa Freguesia era de 1.279 habitantes, predominantemente paulistas. A partir de então, um grande fluxo migratório proveniente de Minas Gerais e também de outros locais da Capitania/Província de São Paulo alterou o volume e o perfil dessa população.

Esse movimento migratório deveu-se não só à decadência das minas, mas também à expansão da lavoura da cana de açúcar que levou roceiros e pequenos proprietários a deslocarem-se para os limites do sertão e ao mesmo tempo atraiu para essa fronteira pequenos proprietários das capitanias vizinhas (Brioschi et al., 1991:33).

O crescimento da freguesia fez com que esta fosse elevada a vila, em 1821, com o nome de Villa Franca d'El Rey, incluindo em seu território a Freguesia de Batatais e um conjunto de pequenas localidades que se formaram nos arredores do rio Pardo. Com a Independência do Brasil (1822), seu nome foi alterado para Vila Franca do Imperador no ano de 1824.

Nas primeiras décadas do século 19 a população se expandiu de modo acelerado no norte paulista. Os livres que, em 1801, eram 491, em 1836 chegavam a 7.224 e os escravos passaram de 80 a 3.443, respectivamente, nesses anos.

Em 1839 a Vila Franca perdeu parte de seu território com o desmembramento do município de Batatais, elevado a vila. O crescimento demográfico e os desdobramentos territoriais intensificaram-se na segunda metade do século 19<sup>2</sup>.

A população escrava do território de Franca (inclusive os municípios desmembrados) praticamente dobrou de tamanho entre 1836 e 1872, chegando a 6.461 cativos que representavam 16% do total da população<sup>3</sup>. Com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extinguiu o tráfico transatlântico de escravos, observa-se o conseqüente envelhecimento da população escrava de origem africana e sua diminuição proporcional no total da população, ademais, ocorre a intensificação do tráfico interno de escravos pós 1850 (para suprir a necessidade de mão de obra no Sudeste), com o deslocamento de cativos de outras províncias para as fazendas paulistas.

A migração de escravos das províncias do Nordeste para o Sudeste agroexportador perdurou até 1881, quando elevadas taxas de importação de cativos foram aprovadas pelas

---

<sup>2</sup> Em 1872, o território correspondente a 1836 estava desmembrado em três municípios: Batatais, Cajuru e Franca, com suas respectivas paróquias. Em 1885, Patrocínio Paulista e Ituverava desmembraram-se do município de Franca; Santo Antônio da Alegria do município de Cajuru e Nuporanga de Batatais. No entanto, os dados referentes a Santo Antônio da Alegria e Nuporanga permanecem no Censo de 1886 juntamente com os de Batatais (Bassanezi, 1998).

<sup>3</sup> Desse total de cativos, 3.398 escravos foram recenseados como pertencentes ao município de Franca e representavam também 16% da população na cidade de Franca.

Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, dificultando o tráfico interno.

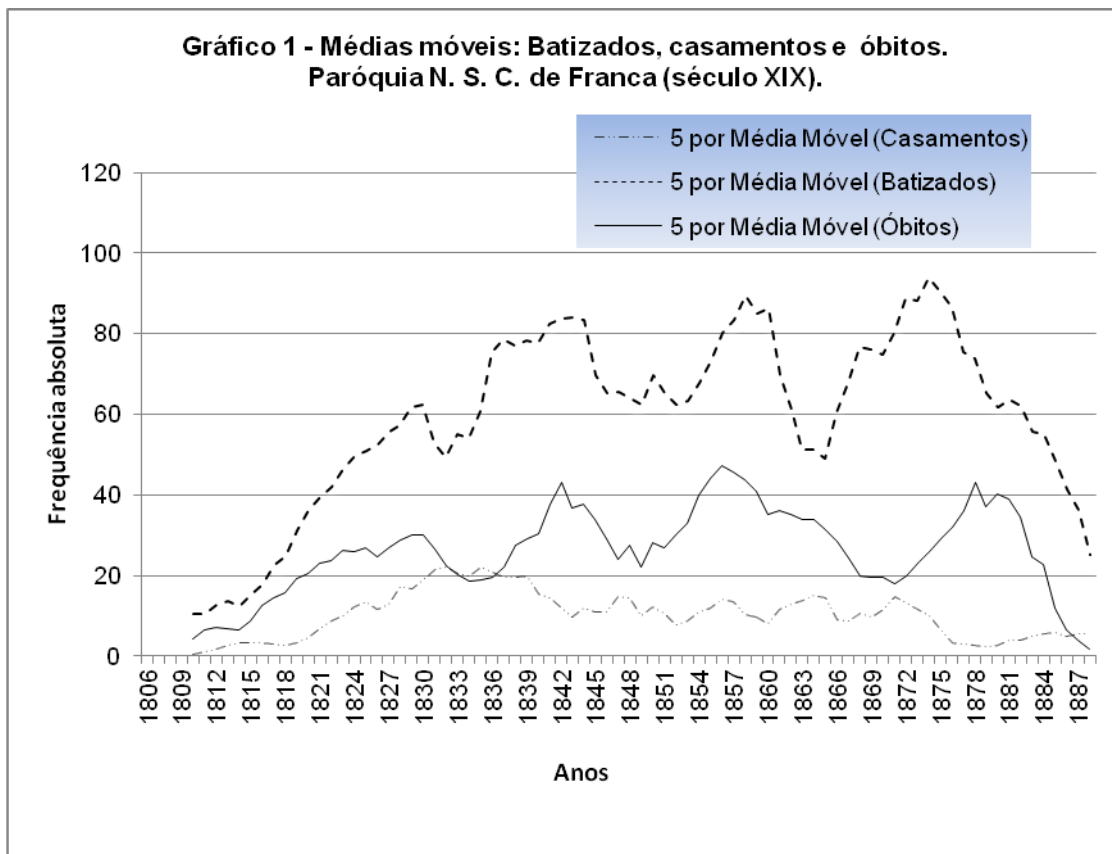
Após 1872, a população declinou não apenas por conta da extinção do tráfico africano como também porque as crianças nascidas após 28 de setembro de 1871 não seriam mais consideradas escravas. No que diz respeito à demografia escrava, é preciso destacar que em 1872 já refletia as diversas mudanças do sistema escravista na segunda metade do século 19: o decreto nacional n.1.695, de 15 de setembro de 1869, proibia a separação de escravos casados por venda. A lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre ou Rio Branco, libertava os filhos de ventre escravo e permitia ao cativo a formação de pecúlio, com o qual poderia comprar a sua liberdade. Acreditamos que especialmente as últimas leis (1869 e 1871) tenham diminuído o interesse dos senhores em formalizar a união de seus cativos perante a Igreja, o que refletiu em queda no número de casamentos entre escravos, o que voltaremos a tratar adiante.

Entre 1872 e a realização de um novo levantamento populacional na Província de São Paulo, em 1886, a população escrava do território original francano era de apenas 3.912 pessoas (não chegavam a um décimo do total da população), das quais 1.293 viviam no município de Franca. Com um novo perfil territorial<sup>4</sup>, a população do município de Franca em 1886 passou a ser de 10.040 habitantes, dos quais os escravos atingiram 12,8%; uma porcentagem maior que a verificada para o território original francano (9,5%). A partir da última década do século 19, a população local passou a sofrer os impactos da imigração internacional e da cafeicultura que avançou sobre o território norte paulista.

A dinâmica demográfica da população escrava permite evidenciar o início do efetivo povoamento da região norte paulista (princípios do século 19) e o aumento do número de habitantes vislumbrado pela Vila Franca do Imperador no decorrer dos oitocentos. Ademais, uma série de leis que encaminharam o processo abolicionista promulgadas entre 1850 e 1888 influenciaram a estrutura e dinâmica da população escrava e desembocaram no fim da escravidão no Brasil.

Como podemos observar, os três eventos aqui analisados apresentam, em termos gerais, comportamento similar (gráfico 1). Ao maior número de batizados, observamos o aumento no número de óbitos. Constatamos que o casamento cativo foi a variável que mais refletiu um comportamento demográfico marcado por constrangimentos sociais. Ao que parece, as

oportunidades de matrimônio para cativos e cativas foram mais ou menos restritivas ao longo dos oitocentos e sofreram controles e influências de várias ordens (senhoriais, políticas, religiosas, sociais, econômicas).



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. As frequências absolutas foram suavizadas através da técnica de médias móveis para um intervalo de cinco anos.

## 1. Casamentos

O ato de casar é eminentemente social. A escolha de um cônjuge envolve imperativos socioculturais que vão desde a cor, origem, condição social (em uma sociedade escravista), nível de riqueza e a posição social dos indivíduos. O casamento, além de legitimar a prole advinda da união de um casal, pode abarcar estratégias sociais como os casamentos realizados entre parentes no seio de uma elite econômica para a manutenção dos bens, e mesmo de sobrevivência entre os mais empobrecidos.

<sup>4</sup> Franca perdeu uma parcela razoável de seu território com a criação dos municípios de Igarapava (1873), Patrocínio

E entre os escravos, o que significava se casar, por que se casavam? Quantos se casavam? Com quem se casavam? Quando se casavam? Para responder estas questões, tomamos como base os 828 registros paroquiais de casamento de escravos e ex escravos que se uniram entre 1807 e 1888 na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca.

Certamente o casamento para um escravo era vantajoso. Além de um companheiro (a) para compartilhar alegrias e tristezas, havia a chance de conseguir uma habitação própria (separada das senzalas) como nos mostra Slenes (1999) e, no caso, de ser um escravo homem implicava em ter uma parceira, oportunidade restrita a alguns poucos em posses com elevadas razões de masculinidade.

Através dos registros de casamento da Paróquia de Franca acrescentamos mais informações sobre a nupcialidade entre os cativos, principalmente no que diz respeito às escolhas matrimoniais e à sazonalidade dos mesmos. Lamentavelmente, os registros não trazem a idade dos noivos, o que impossibilita de verificarmos o calendário da nupcialidade entre os escravos, ou seja, a idade ao casar. A naturalidade, por sua vez foi raramente mencionada e o nome dos pais dos nubentes também não aparecem.

Dos casamentos realizados em Franca no período, que envolveram pelo menos um cônjuge escravo ou ex-escravo, 88% uniram um escravo a uma escrava, 4,7% um cônjuge livre/forro/liberto/ex escravo e o outro escravo e, os demais (7,2%), envolviam as uniões entre cônjuges forros/libertos/ex escravos casados entre si ou com livres e pessoas sem informação da condição social.

Escravos casando-se com ex-cativos indicam que a liberdade destes últimos não encerrava seu contato com a comunidade cativa, uma vez que era (re)estabelecido através da união com cônjuge cativo. Além da possível existência de relacionamentos fundados na atração mútua e no amor, uma das hipóteses explicativas para o casamento entre escravos e forros/ livres é a de que homens e mulheres livres despossuídos se uniram aos cativos para ter acesso às terras de seus donos (Faria, 1998).

Esse tipo de situação não foi tão expressiva em Franca como na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Vila Rica no período 1727-1826, onde 25% dos casamentos se deram entre forros e escravos (de um total de 200 casamentos entre escravos ou escravos e forros) (Luna; Costa, 1981:106). Se considerarmos apenas as uniões em que os

---

Paulista e Ituverava, ambos em 1885, o que justifica também a perda de população no período.

cônjuges eram escravos ou ao menos um, na Paróquia de Franca, tínhamos um total de 751 uniões, das quais apenas 22 (2,9%) entre escravos e forros/libertos. Os forros/libertos/ex escravos preferiam casar-se entre si (40 casamentos).

Os escravos homens casavam-se proporcionalmente mais com mulheres livres ou ex escravas do que as escravas, garantindo, dessa forma, que seus filhos fossem livres. Mas a explicação para o menor número de livres casarem-se com escravas estaria na condição social de seus filhos, também escravos? Certamente isso poderia influenciar na escolha do cônjuge, mas é preciso levar em conta também a razão de sexo entre os escravos que impedia muitos deles encontrarem parceiras no seu grupo social.

**Tabela 1**  
**Condição social dos noivos. Paróquia de Franca (1807- 1888).**

Condição social da noiva	Condição social do noivo						Total
	Escravo	Forro	Liberto	Livre	Ex escravo	S/I	
Escrava	729	9	2	3		2	745
Forra	6	20	1	3		2	32
Liberta	4	1	15	4	1		25
Livre	10		6		2		18
Ex escrava	1				2		3
S/I	2	1	1		1		5
<b>Total</b>	<b>752</b>	<b>31</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>828</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Apenas 11 casais escravos (1,3%) pertenciam a proprietários diferentes. Isto demonstra que a endogamia quanto a essa variável, em Franca foi mais significativa do que na paróquia paulista de Santana de Parnaíba no período 1726-1820, onde 94% dos casamentos entre escravos ocorreram entre cativos do mesmo senhor (Metcalf, 1990:206). De forma geral, o casamento de cativos de diferentes proprietários foi um evento incomum no Brasil.

Nos registros paroquiais, a cor ou naturalidade eram mencionadas logo após o nome dos nubentes, desta forma decidimos manter conjuntamente por ter sido relativamente pouco mencionada a naturalidade de origem africana. Os casamentos na Paróquia de Franca ocorreram também de forma mais acentuada entre os cativos de mesma origem ou cor. Dentre os grupos de pretos, crioulos, pardos e mulatos, a maioria se casou com pessoas da mesma categoria. Os africanos apareceram casando-se mais com crioulas, uma vez que na população africana havia também mais homens que mulheres.



**Tabela 2****Cor/naturalidade dos noivos. Paróquia de Franca (1807-1888).**

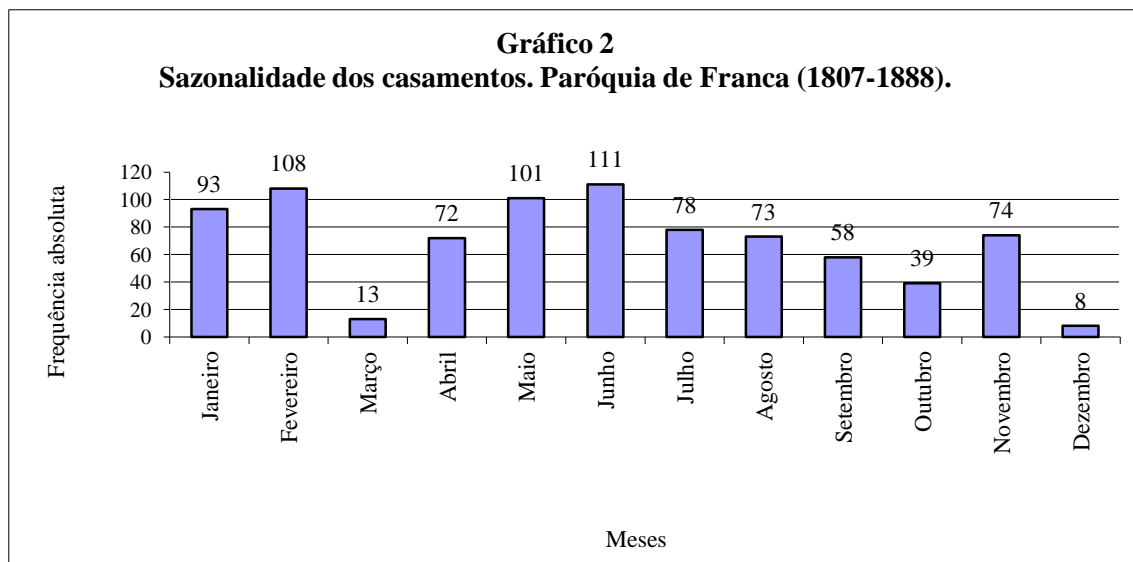
Cor/naturalidade da noiva	Cor/naturalidade do noivo								Total	
	Preto	Crioulo	Pardo	Africano (*)	Benguela	Angola	Congo	Mulato S/I		
Preta	274								1	275
Crioula	6	171	2	47		1			7	234
Parda	1	9	9	2			1		1	23
Africana(*)	1	9		26					3	39
Benguela		1			1	1				3
Mina		1								1
Mulata		1		1				1		3
Libolo			1							1
S/I	11	13	3	11					211	249
Total	293	205	15	87	1	2	1		1223	828

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

(\*) Somados africanos + de nação.

Em uma das duas paróquias de Vila Rica (a de Antônio Dias), os escravos coloniais também se casavam em maior proporção com as escravas também nascidas no Brasil, assim como bantos e sudaneses buscavam seus pares entre os originários de sua mesma região (Luna; Costa, 1981:107).

Ao contrário do que se observa para os batizados, a sazonalidade dos casamentos indicou claramente o respeito ao calendário litúrgico, uma vez que a população livre e escrava pouco se casavam na Quaresma e no Advento (respectivamente março e dezembro). Junho era o mês com maior frequência de casamentos de escravos, certamente em razão das festas juninas que ocorrem neste mês. Em segundo lugar ficava fevereiro (o mês que antecedia a quaresma).



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Além do calendário litúrgico, temos que considerar o calendário agrícola local. Para as áreas de produção de gêneros de subsistência (feijão, milho, arroz) o período do plantio ocorria entre setembro e novembro, em janeiro ocorria a colheita do milho, e entre maio e junho se preparava a terra para o plantio. O período janeiro-abril, meses de chuvas, o trabalho agrícola abrandava (Marcílio, 1986:191; Bacellar, 2001:76).

Em Franca, a distribuição mensal dos casamentos de escravos indicou queda entre julho e outubro. A sazonalidade do casamento de escravos, certamente, sofria com maior intensidade as épocas de trabalho na lavoura do que a população livre.

Ainda que o calendário agrícola influenciasse na distribuição dos casamentos, os momentos desaconselhados pela Igreja para festas ou o “período proibido” eram evitados para realização de cerimônias matrimoniais, sendo rigorosamente respeitados por escravos e livres. Os registros paroquiais de casamentos recolhidos da Paróquia da Sé na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX) evidenciaram que livres e escravos respeitavam a Quaresma e o Advento e casavam-se menos nos meses de março, abril e dezembro. Os meses em que mais se uniram cativos foram maio seguido de fevereiro e entre os livres a preferência foi por fevereiro (Marcílio, 1973:157).

Os escravos de Ubatuba, que se casaram no período 1810-1819, não o fizeram em março e dezembro, preferindo os meses de maio e junho, seguidos de novembro e fevereiro. Os livres dessa mesma localidade elegeram primeiro setembro (em razão do abrandamento do trabalho

após o plantio e a pesca da tainha) e logo em seguida, fevereiro, como os meses prediletos para se casarem. Ainda que poucos, os casamentos de livres em março e dezembro foram realizados. Marcílio chama a atenção para o maior cumprimento dos escravos em relação ao “tempo proibido” ou de penitência aconselhado pela Igreja (Marcílio, 1986:189-191).

Bacellar, em estudo sobre os casamentos de livres em Sorocaba entre 1679 e 1830, também encontrou a influência do calendário litúrgico nas cerimônias de casamento que diminuía em março, abril e dezembro. Fevereiro se despontava como o mês preferido para o casamento de livres, ao contrário de Ubatuba, onde os livres se casavam mais em setembro.

O historiador citou outras localidades em que fevereiro aglutinou maior número de matrimônios de livres, como Mogi das Cruzes no período 1710-1850 e Curitiba (1751-1850), com exceção da Lapa (1769-1818) em que junho era o mês em que se casavam mais livres. Segundo Bacellar, a maior incidência de casamentos em junho na Lapa poderia ter alguma relação com a passagem das tropas de gado nesta localidade (Bacellar, 2001:78).

Em quase todas as localidades analisadas, o mês de fevereiro era o preferido dentre os livres que se casavam, evidentemente em virtude do período consecutivo ser o da Quaresma. Dessa forma, adiantava-se o matrimônio para o momento anterior ao período proibido. Entre os caiçaras de Ubatuba, setembro acumulou mais casamentos, vindo em seguida o mês de fevereiro e a Lapa diferenciou-se das demais localidades por fevereiro aparecer apenas em quarto mês preferido.

Os resultados apresentados demonstram que as peculiaridades regionais e locais, além do calendário litúrgico, exerceram influência sobre a sazonalidade dos casamentos. Essa observação estende-se aos escravos. Na Paróquia da Sé (cidade de São Paulo) os cativos se casavam em maio seguido de fevereiro (Marcílio, 1973:155), e em Ubatuba, maio também foi o mês preferido de seus matrimônios, ficando em segundo lugar junho (Marcílio, 1986:109). Na Paróquia de Franca, junho, fevereiro e maio, respectivamente, foram os meses em que mais se uniram escravos. Complementaríamos à observação no início deste parágrafo, que os escravos além de se submeterem ao calendário litúrgico e agrícola (assim como muitos livres), dependiam da vontade do senhor em levá-los à paróquia para oficializarem suas uniões. Os casamentos de cativos se concentravam em maio, fevereiro e junho (apesar de aparecerem em diferentes frequências em Franca, São Paulo e Ubatuba), o que pode indicar que o calendário agrícola, seguido do litúrgico teria maior influência sobre os escravos do que livres.

Vistos os meses preferidos para o casamento de escravos, passemos aos dias. Na Paróquia de Franca, a segunda-feira era o dia em que mais se casava (24,4% das cerimônias), seguida do domingo (23,6%) e do sábado (15,1%). A sexta-feira permanecia sendo um dia pouco propenso para o matrimônio (5,9%), isto em parte se justifica em razão da Igreja considerar a sexta-feira um dia de abstinência.

Temos pouca informação sobre o dia em que os escravos se casavam. Para os livres, encontramos o trabalho de Bacellar (2001: 94) que mostrou ter sido a terça-feira o dia em que mais se casou em Sorocaba e o de Marcílio sobre Ubatuba, onde o domingo foi o preferido para os livres. Segundo esta autora,

a preferência pelo domingo ou pelo sábado marca um comportamento social típico das comunidades camponesas do Brasil arcaico. Aqui, a influência da cristandade européia teve pouca atuação. Porque lá, restrições foram feitas no sentido de não se misturar a festa dominical, dedicada ao Senhor, com qualquer outra festa familiar, social, profana ou religiosa (Marcílio, 1986:192).

Domingo seguido por sábado, juntos concentravam a maior parte dos casamentos realizados na paróquia de Franca. Este comportamento pode ser explicado por nesses dias o trabalho ser menos intenso o que possibilitava a ida à Vila e a probabilidade da presença do padre estava mais garantida, o que tudo indica se estendia para segunda-feira também.

Após 1871, certamente alguns senhores de Franca diminuíram o interesse no potencial reprodutivo de suas escravas e muitos casamentos não se realizaram. Quando a escravidão foi abolida em maio de 1888, seguiu-se uma “onda” de casamentos de ex escravos e de filhos de ex escravos (em menor proporção que os primeiros), totalizando 61 matrimônios nos meses subsequentes ao fim da condição servil (entre 14 de maio e primeiro de dezembro), quando a média anual de casamentos de escravos entre 1869-1888 (até o momento da abolição) foi de apenas sete matrimônios por ano<sup>5</sup>.

De qualquer forma o casamento, como instituição que possibilitou o estabelecimento de laços sociais e a reprodução, esteve presente em Franca no decorrer de todo o século 19. Em diferentes intensidades, o acesso dos escravos à união formal esteve presente no decorrer do período analisado.

## 2. Nascimentos

Certamente o universo de batizados arrolados nos livros da paróquia não correspondia ao total de nascimentos de cativos ou filhos de cativos ocorridos na Vila Franca do Imperador. Muitas crianças morriam antes mesmo de receberem o sacramento do batismo e outras, apesar do empenho da Igreja e dos senhores que tinham interesse em documentar esse nascimento, podiam não estar sendo batizadas na paróquia ou em lugar algum.

Entre 1806 e 1888 foram registrados 4.705 batizados de escravos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, dos quais apenas 27 eram de adultos. Nesse período, ocorreu também o batismo de 63 crianças filhas de mães forras ou libertas, elevando o universo dos batizados aqui analisados para 4.768.

Os escrivinhos de Franca na sua imensa maioria eram batizados na faixa etária de 8 dias a 11 meses (90,0%). Pouco mais da metade deles recebiam o sacramento do batismo com até 1 mês de vida (53,3%). Raros foram aqueles batizados com até sete dias de vida (tabela 3).

Os escravos de Franca não seguiam de perto os mesmos costumes, em relação à idade ao batismo, observados para os caiçaras de Ubatuba entre 1786-1830.

Em parte, devido ao alto risco de morrer nos primeiros dias de vida, os pais costumavam batizar seus filhos com poucos dias de idade. Em uma amostra que fizemos, verificamos que a média de tempo entre o nascimento e o dia do batizado era de 20 dias apenas, com intensidade maior entre o segundo e o décimo quinto dia (Marcílio, 1986:202).

A idade ao batizar de uma criança escrava dependia não só da orientação da Igreja e da vontade dos pais. Dependia da distância do local onde viviam até a paróquia, da presença mais ou menos constante do padre e, sobretudo da permissão, do interesse e da disponibilidade do senhor em levar seus escravos para a pia batismal.

---

<sup>5</sup> Notamos queda do número de casamentos a partir de 1872.

**Tabela 3**

**Período transcorrido entre o nascimento e o batizado dos filhos de escravos  
Paróquia de Franca (1806-1888).**

Idade	Batismos	%
Recém-nascido/inocente	120	2,5
1-7 dias	158	3,3
8-14 dias	968	20,3
15-29 dias	1.392	29,2
30 dias – 11 meses	1.924	40,4
1 ano – 11 anos	29	0,6
12 anos ou mais	27	0,6
S/I	150	3,1
Total	4.768	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Referindo-se aos batizados entre os caiçaras, Marcílio comenta:

Havia ainda, a crença entre nossos caiçaras de que o batismo exercia, não apenas o meio de ingresso na *vida* do espírito, a iniciação na vida cristã e da Igreja, mas era ainda um meio de se conseguir a vida do corpo. A criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência. Enfim, a própria Igreja incentivava a prática do batismo nos primeiros dias da criança (Marcílio, 1986:202).

Em Franca, mesmo não sendo a regra batizar as crianças escravas logo nos seus primeiros dias de vida, mas a partir do 15º dia após o nascimento, a morte de uma criança escrava não batizada era uma preocupação, se não para pais escravos, mas para pessoas próximas a eles, escravos ou livres, já que na época era difundida a crença de que a alma infantil que morresse pagã iria para o limbo<sup>6</sup>. A própria Igreja Católica reconhecia os batizados realizados por pessoas não pertencentes ao clero em caso de risco de morte de uma pessoa não batizada (*in articulo mortis*). Este foi, por exemplo, o caso de Vicente, filho da escrava Izabel, batizado em agosto de 1829 aos dois meses de idade por João Manuel da Costa por “artículo de morte” (João Manuel também consta como padrinho do menino)<sup>7</sup>. Ou da pequena Maria, batizada aos oito dias de vida

---

<sup>6</sup> Segundo o dicionário Aurélio *limbo* é o “lugar onde, segundo a teoria católica posterior ao séc. XIII, se encontram as almas das crianças muito novas que, embora não tivessem alguma culpa pessoal, morreram sem o batismo que as livrasse do pecado original”.

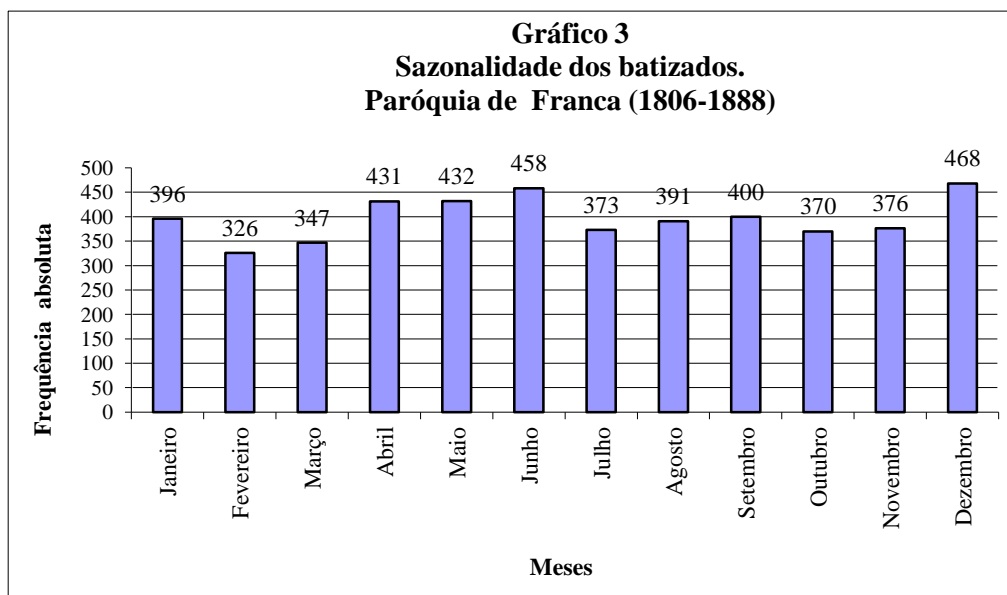
<sup>7</sup> Livro de Batizados n. 1.

pelo proprietário de sua mãe Joaquina, João Paulo de Souza em junho de 1830. Como no registro anterior, João Paulo também foi o padrinho da criança. No registro de batismo de Maria, o padre Manoel Coelho Vital anotou “*este [JPS] batizou em articulo de morte a que dei por válido*”<sup>8</sup>.

Os batizados de escravos em Franca ocorriam com uma boa frequência durante todos os meses do ano, mas com intensidade maior nos meses de dezembro e junho, seguidos por abril e maio. Nos meses de fevereiro e março batizavam-se menos e nos demais meses em uma quantia intermediária entre os primeiros e os últimos.

A maior ou menor frequência dos batizados, em parte, pode ser explicada pelo calendário litúrgico. O período da quaresma, “tempo proibido” (fevereiro e março), de maior recolhimento na vida dos cristãos era menos preferido para batizados, terminada a quaresma, verificava-se um novo pico nos meses de abril e maio, que pode inclusive coincidir com o fim da colheita dos cereais. Em junho realizavam-se as festas em comemoração a Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29) e dezembro havia o Natal. O tempo do advento não implicou em quedas dos batizados (gráfico 3).

Marcílio encontrou crianças escravas sendo batizadas em Ubatuba, principalmente, nos meses de agosto e de junho e, com menor frequência em abril, fevereiro e março (período do “tempo proibido, ou de penitencia”) (Marcílio, 1986:206).



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

<sup>8</sup> Livro de Batizados n. 2.

O dia preferido para o batismo de escravos em Franca era o domingo (41,9%), dia de descanso semanal e de ir à igreja cumprir as obrigações religiosas. Mas também ocorriam batizados em proporção razoável na segunda-feira (13,3%), terça-feira (10,7%) e sábado (9,3%); o dia menos procurado era a sexta-feira (7,3%). Bacellar (2001) também encontrou o domingo como o dia preferido para o batismo de livres em Sorocaba no período entre 1679 e 1830.

Quanto às características demográficas dos batizados, conseguimos apurar que do total dos 4.768, 2.404 eram do sexo masculino (50,4% e razão de sexo igual a 102), número que de certa forma corresponde ao já constatado pela demografia, de que nascem mais homens que mulheres (em uma proporção de cerca de 105 homens para cada 100 mulheres) e que menos da metade eram filhos legítimos (45,1%), nascidos dentro de uma união conjugal sacramentada pela Igreja (tabelas 4 e 5).

**Tabela 4**  
**Escravos batizados segundo sexo. Paróquia de Franca (1806-1888).**

Sexo	N. absolutos
Masculino	2.404
Feminino	2.360
S/I	4
Total	4.768

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

**Tabela 5**  
**Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo sexo**  
**Paróquia de Franca (1806-1888).**

Filiação	Homens	Mulheres	S/I	Total
Legítima	1.076	1.072	4	2.152
Ilegítima	1.295	1.261		2.556
S/I	33	27		60
Total	2.404	2.360	4	4.768

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Sobre os pais dos batizados, sabemos pouco. A maioria dos registros (67,8%) não traz informações a respeito, como mostram as tabelas 6 e 7. Alguns registros trazem informação apenas sobre a origem e outros sobre a cor da mãe ou pais do batizando.



**Tabela 6****Filiação legítima e ilegítima dos escravos batizados segundo a origem/ cor da mãe  
Paróquia de Franca (1806-1888).**

Filiação	Africana	Crioula	Preta	Parda	S/I	Total
Legítima	112	252	224	24	1.540	2.152
Ilegítima	108	559	147	111	1.631	2.556
S/I		1			60	61
Total	220	811	371	135	3.231	4.768

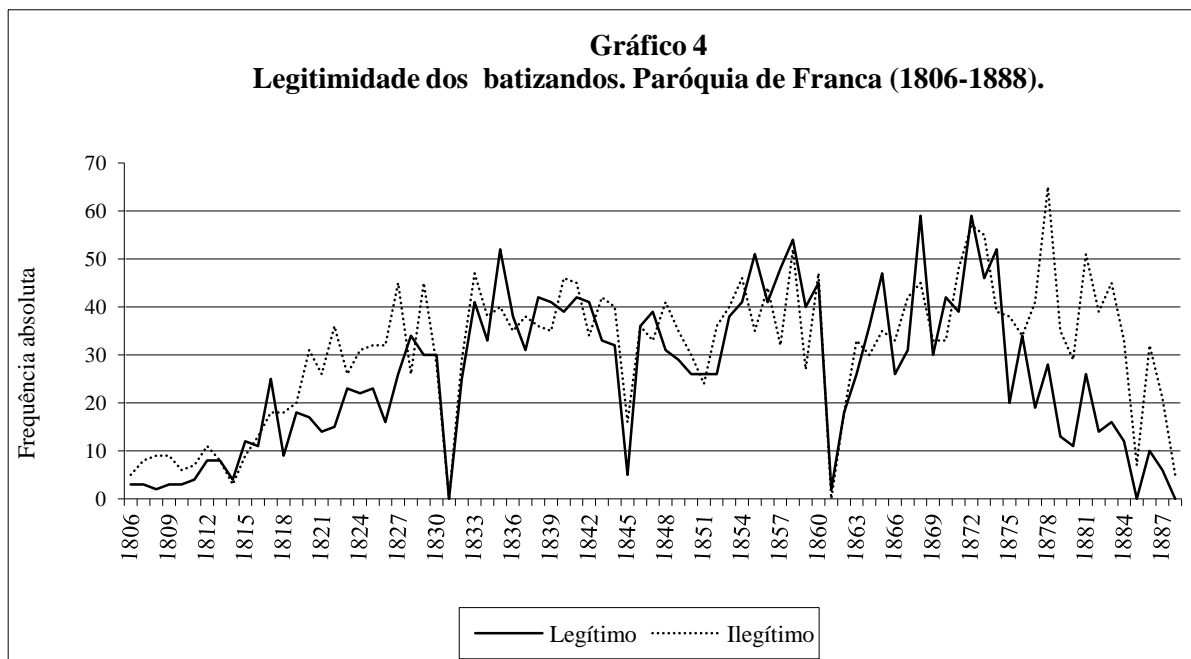
Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

**Tabela 7****Filiação legítima dos escravos batizados segundo a origem/ cor dos pais  
Paróquia de Franca (1806-1888).**

Pai \ Mãe	Africana	Crioula	Preta	Parda	S/I	Total
Africana	56	32		5	19	112
Crioula	72	140	9	8	23	252
Preta		3	215	1	5	224
Parda	3	7	1	11	2	24
S/I	52	10	3	4	1.471	1.540
Total	183	192	228	29	1.520	2.152

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

De qualquer forma, os registros nos mostram que o casamento formal ocorria em uma parcela razoável da população escrava, mas não nos mostram se os filhos ilegítimos estavam vivendo no interior de uniões consensuais estáveis. Em Franca também observamos que a frequência dos batizados de escravos filhos legítimos e ilegítimos oscilou consideravelmente no tempo. Pudemos identificar períodos em que predominavam as crianças sem filiação paterna: 1806 até meados de 1850 e final da década de 1870 a 1888.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Podemos aventar se a união formal dos escravos perante a Igreja foi incentivada após o fim do tráfico atlântico de escravos - o que acabou por refletir no aumento de filhos legítimos. Considerando o contexto socioeconômico local e provincial, o conjunto de leis promulgado pelo Estado concernente ao elemento cativo, as implicações sobre os interesses dos senhores e as possibilidades permitidas aos escravos, dividimos os registros paroquiais em três períodos: 1806-1850 (compreende o início dos registros no livro de batizados até o fim do tráfico africano); 1851 – 1871 (momento posterior ao encerramento do tráfico à promulgação da Lei do Ventre Livre); 1872-1888 (período pós Lei do Ventre Livre e os últimos anos da escravidão).

**Tabela 8**  
**Legitimidade entre os filhos de escravos. Paróquia de Franca (1806-1888).**

Legitimidade/Períodos	1806-1850	1851-1871	1872-1888
N. Legítimos	1.019	766	366
%	44,9	50,9	36,9
N. Ilegítimos	1.198	733	626
%	52,8	48,6	63,1
Não consta	53	7	0
%	2,3	0,5	0,0
Total	2.270	1.506	992
%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

A primeira metade do século XIX foi o período em que ocorreu a formação e povoamento efetivos da localidade estudada. A pecuária, o comércio do sal e a produção de gêneros alimentícios eram as suas principais atividades econômicas.

Entre 1806-1850, a proporção de filhos legítimos de escravos foi significativa, 44,9%. A localização geográfica de Franca como área fronteiriça com Minas Gerais, não teria estimulado o casamento de escravos em virtude da necessidade de povoamento do norte paulista? É possível que os senhores se interessassem em promover o casamento de seus escravos, em parte para povoar a região e como forma de garantir a ampliação de suas posses, mesmo em um período em que o tráfico externo era responsável pela maior parte da reposição de mão de obra na Província.

Datam do segundo período, 1851-1871, as leis que passaram a interferir na relação senhor-escravo, quais sejam, a Lei de 1869 que proibia a separação de famílias escravas perante venda ou doação, ou seja, a separação de escravos casados e de crianças pequenas de seus pais (esta lei impedia a separação de um pai ou uma mãe de seus filhos menores de 15 anos, idade que caiu para 12 anos em 1872) e a Lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que considerava livre toda criança nascida de mãe escrava. Essas poderiam estar influenciando na ocorrência de casamentos formais de escravos? Certamente sim. O incentivo aos casamentos pode ter diminuído com a lei de 1869, pois o tráfico intraprovincial seria prejudicado ao impedir a separação de casais e de pais de seus filhos pequenos. No entanto, o efeito dessa lei será sentido no próximo período, 1872-1888.

Entre 1851-1871 que vislumbramos a maior proporção de filhos legítimos de escravos na Paróquia de Franca (50,9%), sendo superior ao conjunto dos anos anteriores (1806-1850).

De acordo com Faria, a única localidade carioca, que apresentou aumento na legitimidade entre 1860-1870, foi São Salvador que de 18,9% em 1860 se elevou a 29,1% em 1870 (Faria, 1998:342). A explicação deste acréscimo, segundo a autora, estaria na concorrência de áreas açucareiras próximas, que devem ter contribuído para que a legalidade e estabilidade dos casamentos de escravos fossem permitidas, a fim de ampliar as posses de escravos após o fim do tráfico africano.

No terceiro momento, 1872-1888, as crianças nascidas nesse período já eram consideradas de condição social livre. Observamos uma considerável queda na proporção de legítimos entre os filhos de escravos em relação ao período anterior (-14,0%).

Ainda sim, a proporção de filhos legítimos de escravos em Franca (36,9%) foi superior à encontrada em Montes Claros (16,7%) entre 1872-1876 (Botelho, 1994:144). Campinas, em 1872, tinha um dos mais altos valores de legitimidade, cerca de 80% das crianças de 1 a 9 anos presentes nas posses médias (10-49 escravos) e grandes (50 e mais) eram legítimas (Slenes, 1999:102). No entanto, se o valor de legitimidade fosse revisto alguns anos depois, poderia declinar, uma vez que Slenes observou queda na proporção de escravos casados e viúvos entre 1872-1887.

Rocha (2004) destacou que para Campinas, as mudanças na legitimidade escrava ocorreram no “controlar” branco e não no “lar” negro, ou seja, as mudanças estavam mais ligadas à postura senhorial perante a oficialização das uniões cativas do que ao caráter passageiro de tais relacionamentos, o que pode também ter ocorrido em Franca.

Dessa maneira, o período entre 1872-1888 parece ter sido desfavorável ao casamento de escravos sacramentado pela Igreja. Aparentemente, as leis de 1869 e 1871 diminuíram o interesse dos senhores de escravos em unir formalmente seus cativos, sem, no entanto, desestimulá-los a batizarem as crianças filhas de suas escravas, certamente por ser esta a única maneira de certificar a posse do bebê.

### **3. Óbitos**

Os assentos de óbitos são, dentre os registros paroquiais, os que apresentam maiores problemas de subenumeração, uma vez que nem sempre havia um padre presente no momento da morte, como nos batizados e casamentos. No entanto, os registros de óbitos são uma das poucas fontes que se referem à passagem da vida para a morte das populações do passado, especialmente os escravos.

Quando e quem morria, onde e como eram enterrados, que idade apresentavam?

Recolhemos um total de 2.072 óbitos, dos quais 1.078 de homens, 913 mulheres e 81 sem informação do nome (a partir do qual deduzimos o sexo). Deste total, 93,3% referiam-se a óbitos de escravos e 6,7% de forros/libertos/ex escravos.

Em que se pese a atração por dígitos verificada nas idades ao falecer, é possível fazer algumas inferências em relação a faixas etárias mais amplas.

O primeiro ano de vida de uma criança escrava era extremamente arriscado à sua

sobrevivência. Passada esta fase, o perigo diminuía, mas continuava presente. Os óbitos de crianças com menos de um ano de vida chegavam a 20,2% do total e os de infantes menores de 9 anos, 36,8%. Muitas das crianças morriam nos primeiros dias de vida e nos registros de seus óbitos sequer constam seus prenomes. No primeiro ano de vida, constatamos sobremortalidade masculina, uma vez que nasciam mais homens e conseqüentemente morriam mais, como os estudos demográficos já apontaram.

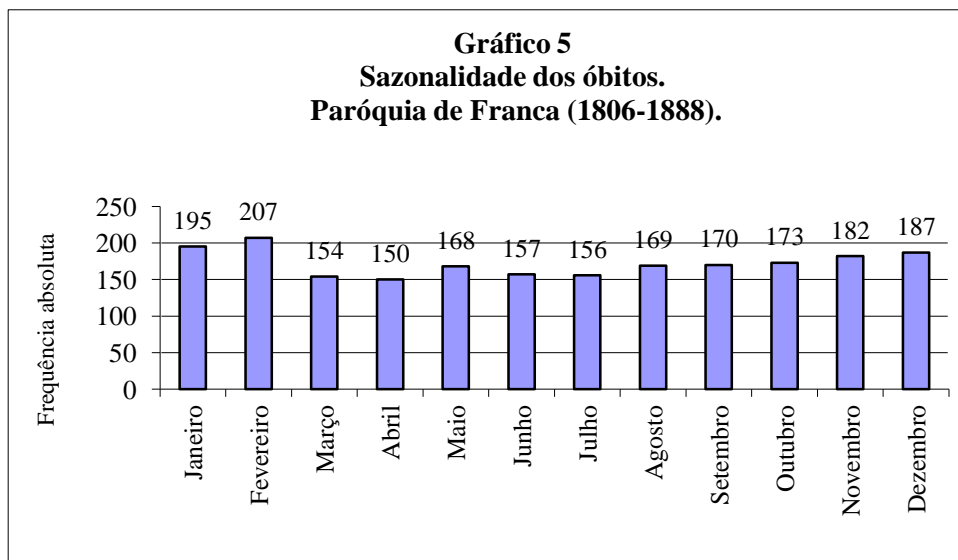
As mulheres morriam proporcionalmente mais nas idades jovens (1 a 14 anos) e na fase produtiva e reprodutiva (15-49 anos), o que evidencia o fato de gerar e parir os filhos como uma das causas da mortalidade feminina.

**Tabela 9**  
**Óbitos de escravos e ex escravos por sexo e grupos etários.**  
**Paróquia de Franca (1806-1888).**

Idade	Homens	Mulheres	S/I	Total
< 1	189	151	79	419
1-4	130	147		277
5-9	33	34		67
10-14	51	37		88
15-19	44	52		96
20-24	60	59	1	120
25-29	39	28		67
30-34	77	66		143
35-39	22	26		48
40-44	76	67		143
45-49	38	19		57
50-54	79	47		126
55-59	12	4		16
60-64	57	48		105
65-69	10	5		15
70 e +	80	37		117
S/I	81	86	1	168
<b>Total</b>	<b>1.078</b>	<b>913</b>	<b>81</b>	<b>2.072</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. S/I = sem informação.

Como os batizados, os óbitos estavam distribuídos com maior regularidade entre os meses. Durante o verão foi registrado o maior número de óbitos de escravos (fevereiro, janeiro, dezembro e novembro respectivamente), perfazendo 37,2% do total, certamente as doenças infecto-parasitárias, as febres e desidratação atingiam mais os escravos nos meses mais quentes (Bacellar, 2001:97).



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Marcílio em estudo sobre a população da cidade de São Paulo mostrou, a partir dos óbitos de livres, que “no século XVIII outubro e novembro eram meses de forte mortalidade, enquanto que no século XIX esta prolongava-se até janeiro” (Marcílio, 1973:157).

Os escravos foram majoritariamente enterrados em cemitérios, com destaque para o cemitério “desta matriz” (79,1%). Foram citados um total de 13 cemitérios, uns indicando nomes de antigos pousos, outros de distritos de Franca: do Cubatão, da Lages, de Batatais, das Canoas, dos Córregos, da Posse, do Carmo, da Soledade etc. Foram enterrados 16,0% dos escravos no adro da matriz (313 escravos e 18 forros), 0,1% dentro do adro (3 escravos) e 0,1% no adro do rosário (um escravo e um forro).

Os escravos eram sepultados envoltos em mortalhas de pano. A cor branca predominou (61,7%), seguida do preto (24,5%), “roza” (4,9%) e azul (1,5%). Dois forros foram sepultados com “abito preto” e uma forra, Jacinta de 80 anos, com “abito de São Francisco” e enterrada no adro da matriz<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Livro de Óbitos n.1.

**Tabela 10**  
**Cor da mortalha dos escravos e ex escravos**  
**Paróquia de Franca (1806-1888).**

Cor da mortalha	N. absolutos	%
<i>Abito</i> de São Francisco	1	0,0
<i>Abito</i> Preto	2	0,1
Amarelo	2	0,1
Azul	32	1,5
Branco	1.279	61,7
Cinza	2	0,1
Pardo	16	0,8
Preto	507	24,5
Rosa	99	4,8
Roxo	21	1,0
Verde	7	0,3
Vermelho	8	0,4
Outros (*)	10	0,5
S/I	86	4,2
<b>Total</b>	<b>2.072</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. (\*) Inclui: 1 *claro*, 1 *cobertor*, 2 *de cor*, 1 *encarrado*, 1 *escomilha*, 1 *mesma roupa*, 2 *mortalha* e 1 *obita*.

Faria verificou que a cor branca prevaleceu nas mortalhas dos escravos sepultados no século 18 (86%) e no 19 (55%).

Entre escravos, praticamente imperava a mortalha branca, sempre em mais de 90% dos que faleceram com mais de 15 anos de idade. João Reis aponta motivos econômicos para esta escolha, ao mesmo tempo fazendo uma ressalva sobre ser esta cor a preferida do funeral no candomblé. Robert Slenes, constatando a predominância de africanos de origem banto entre escravos, no Sudeste brasileiro, nos sugere uma explicação mais contundente, ao afirmar que: “Para os bakongo, como para boa parte dos povos da região Congo-Angola, a cor branca simbolizava a morte; os homens eram pretos, os espíritos brancos” (Faria, 1998:347-348).

Se o pano branco era mais barato frente aos coloridos, isto apenas não justificaria a predominância da mortalha branca como bem exemplifica os tecidos coloridos para o sepultamento de crianças que, de acordo com Faria, “a morte de crianças diferenciava-se da dos adultos, sendo as cores uma das indicações mais evidentes” (Faria, 1998:347).

Na paróquia de Franca constatamos que os panos fúnebres de cor rosa e azul foram

utilizados para o sepultamento de crianças e jovens com até 14 anos<sup>10</sup>. Os panos coloridos indicavam os óbitos de crianças (vermelho, verde e os “de cor”), além do branco também ser comum, já o preto era evitado (apenas 4,7% daqueles enterrados envoltos em pano preto eram menores de 14 anos). A cor preta simbolizava o mistério da morte (Faria, 1998: 347).

Após a análise sobre as mortalhas, Faria concluiu que a cor desta era uma escolha individual do escravo (e de seus familiares) no momento do sepultamento.

Ao que tudo indica, a cor da mortalha nos sepultamentos dos escravos em Franca foi conscientemente escolhida (ou seja, não aleatoriamente ou apenas em razão do valor econômico do tecido), já que tinham acesso aos panos de cor para enterrarem suas crianças e preferiam, independente da idade, a cor branca, carregada, ao que parece, de simbologia e valores culturais.

### **Considerações finais**

A dinâmica demográfica da população escrava, mais do que qualquer outro grupo populacional da sociedade brasileira colonial e imperial, foi marcada por pressões sociais, econômicas e políticas. Ao considerarmos o sistema escravista que vigorou no Brasil, devemos levar em conta as especificidades da demografia e família escrava de acordo com a economia, o contexto local e regional, assim como as transformações sociais e políticas que ocorreram ao longo da vigência da escravidão.

Os fenômenos de nascer, de morrer e, sobretudo, o de casar refletem em intensidade e de maneira diversa o contexto social em que os segmentos populacionais se inserem. Ser escravo implicou em vivenciar um comportamento demográfico fortemente marcado por constrangimentos que essa condição lhe impunha. Escravos se casavam majoritariamente com outros escravos, assim como ex escravos com ex escravas e os cativos raramente se uniram a parceiros pertencentes a outros senhores.

Os calendários agrícola e litúrgico também influenciaram o comportamento demográfico de livres e escravos. O calendário litúrgico, por exemplo, foi seguido com rigor pelos escravos de Franca no momento de se unirem, evitando assim o período que antecedia a Quaresma e o período do Advento. A rotina do trabalho na roça também pesava para se casar e batizar as crianças. O domingo era dia de descanso semanal e de ir à missa, assim se aproveitava a presença

---

<sup>10</sup> Com exceção de um adulto na faixa etária 20-24 anos enterrado envolto em pano azul.



do padre para garantir o ingresso dos pequenos à vida cristã. As mães crioulas foram responsáveis pela maior parte dos nascimentos de cativos e a legitimidade foi bastante significativa, pois quase metade dos assentos de batismo menciona a existência dos dois pais.

Falecer da *vida presente*, como anotam os registros de óbitos, foi mais comum nos meses de verão: janeiro, fevereiro e dezembro, respectivamente. Nestes meses, provavelmente as doenças infecto-parasitárias eram mais implacáveis. Os *anjinhos*, ou as crianças com menos de um ano de idade, representavam um quinto do número de óbitos. Os cemitérios foram os locais preferidos para o sepultamento de cativos.

Ao longo do trabalho, apresentamos características da vida escrava que a análise dos registros paroquiais nos permitiu conhecer. Muitas outras podem ser passíveis de serem analisadas a partir dessa fonte, tão rica e interessante para o conhecimento da vida e morte das populações do passado.

## **Referências bibliográficas**

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX.** São Paulo, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRIOSCHI, L. R. et al. **Os entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX.** São Paulo: CERU, 1991.

CUNHA, M. F. **Demografia e família escrava. Franca-SP, século XIX.** Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX.** Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FARIA, S. C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LUNA, F. V.; COSTA, I. N. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). **África**, São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, n.4, p.105-109, 1981.

MARCÍLIO, M. L. **Caçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

\_\_\_\_\_. **São Paulo**: povoamento e população. São Paulo: Pioneiras, 1973.

METCALF, A. C. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: Fundação SEADE. **História e população**: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

ROCHA, C. M. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: UNICAMP, 2004.

ROWLAND, R. **From generation to generation**: changing patterns of marriage and reproduction. 2008. (Mimeo).

SLENES, R. W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.